



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**254<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 17 e 18 de maio de 2017**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 254ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Brasília/DF

**Data:** 17 e 18/05/2017

1 Aos dezessete e dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezessete teve início a 254ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr.  
3 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes  
4 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Solange Teixeira,  
5 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Titular  
6 Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes  
7 Físicos; Conselheira Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do  
8 Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Luis Otávio Pires de Farias,  
9 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheira Titular  
10 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da  
11 Assistência Social - FONSEAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira, Representante do  
12 Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro Titular Carlos Nambu,  
13 Representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho,  
14 Representante da Capemisa Instituto de Ação Social; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro,  
15 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI;  
16 Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de  
17 Assistência Social e Representante do Fórum Nacional dos Usuário de Assistência Social –  
18 FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do  
19 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFITO; Conselheiro Suplente Samuel  
20 Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Titular Clátia  
21 Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes,  
22 Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante  
23 do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira,  
24 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;

25 Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar;  
26 Conselheira Suplente Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos  
27 Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Mariana de Sousa Machado  
28 Neris, Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA;  
29 Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento  
30 Social e Agrário – MDSA, Conselheira Suplente Thereza de Lamare Franco Netto, Representante  
31 do Ministério da Saúde; Conselheira Suplente Nayara Frutuoso Furtado, Representante do  
32 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/MDSA; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki,  
33 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheiro Titular  
34 Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, Conselheira  
35 Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil –  
36 REDE TRANS/SE; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle  
37 Sara Kali; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho, Representante do Ministério do  
38 Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA. **ABERTURA 17/05/2017:** O Sr. Fábio Moassab  
39 Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a reunião,  
40 cumprimentando a todos e solicitou um minuto de silêncio em homenagem a filha de um servidor  
41 falecida. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional  
42 de Assistência Social e Representante do Fórum Nacional dos Usuário de Assistência Social –  
43 FNUSUAS/PA, cumprimentou a todos e desejou um dia prospero de trabalho. Informou que nessa  
44 data se comemora o Dia Internacional de Luta LGBT. Iniciando os trabalhos, o Presidente Fábio  
45 Moassab Bruni solicitou a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-Executiva do  
46 CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do quórum. Realizada a verificação, ponderou que  
47 iniciaram essa semana bastante convocado na missão de fazer valer os direitos socioassistenciais,  
48 sendo que no dia 15 de maio foi comemorado o Dia dos Assistentes Sociais, no dia 17 de maio Dia  
49 Internacional Contra LGTB Fobia e no dia 18 de maio o Dia de Combate a Exploração  
50 Infantojuvenil e Dia da Luta Antimanicomial. Complementou que as conferências municipais serão  
51 iniciadas e estão sendo demandados no Conselho, pelos municípios que estão organizando as suas  
52 conferências, para divulgar as iniciativas elaboradas. Realizou a leitura de uma Poeta Bolonesa e  
53 elencou que a pauta é composta pelos seguintes itens: Dia 17/05: I) Aprovação das Ata da 253ª  
54 Reunião Ordinária do CNAS e pauta da 254ª Reunião Ordinária do CNAS; II) Informes do MDSA,  
55 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; III) Relato da Comissão de Acompanhamento de

56 Benefícios e Transferência de Renda; IV) Apresentação de Orientações Técnicas sobre os Serviços  
57 de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências e suas famílias em Centro Dia; V) Relato  
58 da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social. Dia 18/05: I) Relato  
59 da Presidência Ampliada; II) Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
60 Social; III) Relato da Comissão de Ética; IV) Relato da Comissão de Políticas da Assistência  
61 Social; V) Relato da Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos da Assistência Social; VI)  
62 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Informou que as 14h00 a pesquisadora do  
63 IPEA, Sra. Luciana Jaccoud, realizará uma apresentação sobre os impactos da Reforma da  
64 Previdência, especialmente em relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Acrescentou  
65 que a Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira estará presente no período da tarde, as 16h00, para  
66 apresentar o Informe IV da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. A Conselheira Solange  
67 Teixeira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, enfatizou e  
68 ressaltou sobre a importância de estarem presente na reunião do CNAS e de se apropriarem das  
69 informações que a Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira trará sobre o Informe IV, pois essas  
70 informações serão os subsídios para os Conselheiros que estarão acompanhando as conferências. A  
71 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da  
72 Assistência Social – FONSEAS, sugeriu incluir o relato da reunião conjunta entre a Comissão de  
73 Políticas da Assistência Social e a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.  
74 O Presidente Fábio Moassab Bruni articulou que não foi realizada a reunião da Comissão de Ética,  
75 sugerindo realizar o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento no período da  
76 manhã e relato da reunião conjunta no período da tarde. Colocou para apreciação dos Conselheiros  
77 a Ata da 253ª Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 254ª Reunião Ordinária do CNAS com as  
78 alterações sugeridas e não havendo nenhuma manifestação contrária, a Ata e a pauta foram  
79 aprovadas. Prosseguindo para aos informes da Presidência e Secretaria-Executiva, a Sra. Maria das  
80 Mercês Avelino de Carvalho informou que foram justificadas as seguintes ausências: o Conselheiro  
81 Josierton Bezerra, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro  
82 Maurício Cunha, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira  
83 Marília Carvalho, nos dias 17 e 18, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Maria  
84 Amélia, nos 17 e 18, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro Carlos Nambu, nos dias  
85 18 e 19, devido à participação do CNAS no Encontro do CONGEMAS Região Norte; as  
86 Conselheiras Edna Aparecida Alegro e Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, nos dias 17 e 18,

87 devido à participação como representantes do CNAS na oficina de socioaprendizagem no SUAS  
88 em Brasília; a Conselheira Norma Suely, no dia 17 e no período da tarde do dia 18, devido a  
89 compromissos institucionais. Convocações e participações: Foram convocadas para o Encontro do  
90 CONGEMAS Regional os Conselheiros e Conselheiras: I) Regional Centro-Oeste nos dias 06 e 07  
91 de abril de 2017 em Campo Grande/MS, na Mesa de Abertura e Painel I “Plano Decenal de  
92 Assistência Social – Compromissos na Defesa dos Direitos e Efetivação do SUAS” - Conselheiro  
93 Luís Otávio Pires de Farias; II) Regional Nordeste nos dias 18 e 19 de abril de 2017, em João  
94 Pessoa/PB – Conselheira Maíra Leiliane Oliveira Almeida para a Mesa de Abertura e Conselheira  
95 Solange Teixeira para o mini curso de Participação em Controle Social no SUAS na condição de  
96 facilitadora; III) Regional Sudeste nos dias 27 e 28 de abril de 2017, em Caxambu/MG, na Mesa de  
97 Abertura e no Painel I – Conselheira Luziana Maranhão, mas por problemas logísticos não pode  
98 comparecer; IV) Regional Sul nos dias 11 e 12 de maio de 2017, em Bento Gonçalves/RS, na Mesa  
99 de Abertura e no Painel I – Conselheira Luziana Maranhão; Regional Norte nos dias 18 e 19 de  
100 maio de 2017, em Rio Branco/AC, na Mesa de Abertura e no Painel I – Conselheiro Carlos Nambu;  
101 a Conselheira Laís Maranhão foi convocada e participou da II Reunião da Comissão Permanente  
102 dos Direitos ao Trabalho, Educação e Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos  
103 Humanos, nos dias 24 de abril de 2017, em Brasília - a Coordenadora da Coordenação de Políticas,  
104 Sra. Maria Auxiliadora Pereira, acompanhou a referida reunião; a Conselheira Rosângela Maria e o  
105 Conselheiro Samuel Rodrigues foram convocadas e participaram da Mesa de Abertura do  
106 Seminário Criança Não de Rua, no dia 26 de abril de 2017, em Belém/PA; os Conselheiros  
107 integrantes da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foram  
108 convocados para Reunião da Comissão Organizadora, no dia 15 de maio de 2017, em Brasília/DF;  
109 os Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
110 Renda foram convocados para a reunião, no dia 15 de maio de 2017, em Brasília/DF; os  
111 Conselheiros Nacionais Titulares e Suplentes foram convocados para participar da 254ª Reunião  
112 Ordinária do CNAS, no período de 16 a 18 de maio de 2017, em Brasília/DF; o Conselheiro  
113 Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS na 155ª Reunião Ordinária da Comissão  
114 Intergestores Tripartite – CIT realizada no dia 03 de maio de 2017 em Brasília/DF; a Conselheira  
115 Mariana Machado foi convocada para representar o CNAS na reunião da Comissão de Políticas do  
116 CONANDA, realizada no dia 10 de maio de 2017, em Brasília/DF; o Conselheiro Leovane  
117 Gregório foi convocado para representar o CNAS na Mesa de Abertura do III Encontro Nacional do

118 FONSEAS, no dia 09 de maio de 2017, em Brasília/DF; as Conselheiras Edna Aparecida Alegro e  
119 Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho representarão o CNAS na Oficina da Socioaprendizagem  
120 no SUAS, nos dias 17 e 18 de maio de 2017, em Brasília/DF; o Conselheiro Alberto Albino dos  
121 Santos foi convocado para representar o CNAS na I Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de  
122 Aprendizagem, no dia 23 de maio de 2017, em Brasília/DF; os Conselheiros Carlos Nambu,  
123 Luziana Maranhão e o Presidente Fábio Moassab Bruni representarão o CNAS no X Encontro  
124 Nacional de Vigilância Socioassistencial do SUAS 2017, no período de 24 a 26 de maio de 2017,  
125 em Brasília/DF; as Conselheiras Rosângela Santos e Solange Teixeira foram convocadas para  
126 participar da Reunião Regional Norte do CNAS, nos dias 24 e 25 de maio de 2017, em  
127 Manaus/AM; a Conselheira Rosângela Santos participará da XII Reunião Ordinária do  
128 CONATRAP, no dia 31 de maio de 2017, em Brasília/DF; o Conselheiro Carlos Nambu e as  
129 Conselheiras Solange Teixeira e Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho foram convocados para  
130 participar da Reunião Regional Nordeste do CNAS, nos dias 30 e 31 de maio de 2017, em  
131 Aracaju/SE; a Conselheira Rosângela Santos foi convocada para participar da Reunião Regional Sul  
132 do CNAS, nos dias 06 e 07 de junho de 2017, em Porto Alegre/RS, juntamente com o Presidente  
133 Fábio Moassab Bruni. *E-mails* enviados aos Conselheiros do CNAS: Solicitação de entrevista aos  
134 Conselheiros Nacionais graduados em ciências políticas da UNB, Sra. Juliana Araújo; *Link* de  
135 artigo que traz dados sobre a Reforma da Previdência que apresenta um destaque ao BPC;  
136 Apresentação sobre ACESSUAS Trabalho exibido na Reunião Ordinária Conjunta da Comissão de  
137 Políticas e Comissão de Financiamento e Orçamento ocorrida em São Paulo/SP; Apresentação  
138 sobre o Centro Dia exibida na Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Políticas e  
139 Comissão de Financiamento e Orçamento ocorrida em São Paulo/SP; InfoSUAS MDSA abre prazo  
140 para preenchimento do Plano de Ação do SUAS de 2017; Calendário do CNAS 2017 atualizado;  
141 InfoSUAS MDSA – Encontro discute o papel da população na construção das políticas  
142 socioassistenciais; Ata e gravação da 253ª Reunião Ordinária do CNAS; Pauta da 254ª Reunião  
143 Ordinária do CNAS; *Link* da Consulta Pública sobre Plano Individual de Acolhimento encaminhado  
144 pela Coordenação Geral de Serviços de Acolhimento; Planilha detalhada da Lei 3.414/2017 e  
145 LOAS 2017 referente à Assistência Social com dotação aprovada para o Fundo Nacional de  
146 Assistência Social no exercício de 2017; Documento – O dia 17 de maio, papel do SUAS no  
147 combate a LGBT Fobia no Brasil. Resoluções e Leis: Resolução CNAS nº 03 de 19 de abril de  
148 2017, publicado no Diário da União de 20/04/2017, Seção I, página 90, que aprova o ajuste das

149 metas de execução do Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho –  
150 Programa ACESSUAS Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos Fundos  
151 de Assistência Social; Resolução CNAS nº 04 de 19 de abril de 2017, publicada no Diário da União  
152 de 20/04/2017, Seção I, página 90, que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para expansão  
153 do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência,  
154 idosos e suas famílias; Lei nº 13.440 de 08 de maio de 2017, que altera o Artigo 244 da Lei 8.069  
155 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 13.441 de 08 de maio de  
156 2017, que altera a Lei 8.069 de 13 de junho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente para  
157 prever a infiltração de agentes de política na *internet* com fim de investigar crimes contra a  
158 dignidade sexual de crianças e de adolescentes. CNAS Informa: Informe CNAS nº 02 é divulgado  
159 pelo CNAS; Informe III com a distribuição dos delegados e logomarca da 11ª Conferência Nacional  
160 de Assistência Social é publicada pelo CNAS; Encontro dos Usuários do SUAS acontecerá em  
161 Brasília/DF; Resoluções do CNAS são aprovadas durante reunião ordinária; CNAS é escolhido para  
162 trocar experiências com delegação moçambicana na área da Assistência Social; Primeiro município  
163 do Estado do Piauí realiza a sua conferência municipal; Reunião Ordinária do CNAS acontece na  
164 próxima semana. Solicitação de Audiência: Audiência com a delegação de Moçambique do dia 24 a  
165 30 de abril – Participantes: Conselheiros Alberto dos Santos, Leovane Gregório, Elisa Maciel Costa,  
166 Edna Aparecida Alegro; Secretaria Executiva, na presença da Sra. Maria das Mercês de Avelino  
167 Carvalho, Sra. Maria Auxiliadora Pereira, Sra. Myrelle Dantas, Sra. Maria Célia e Sra. Maria  
168 Cristina e os membro da delegação de Moçambique; Audiência Pública no Senado Federal, o  
169 Presidente Fábio Moassab Bruni e a Conselheira Edna Aparecida Alegro participaram de Audiência  
170 Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para  
171 debater sobre as reformas previdências e trabalhistas e os impactos para as pessoas idosas e com  
172 deficiências, no dia 17 de abril de 2017, no Senado Federal em Brasília; Audiência com  
173 pesquisadora, a Secretária Executiva Maria das Mercês de Avelino Carvalho e a Coordenadora da  
174 Comissão de Políticas Maria Auxiliadora Pereira prestarão informação a aula Juliana Araújo  
175 graduada em ciências políticas da UnB sobre a Política Nacional e sobre atribuições, funcionamento  
176 e estrutura do CNAS no dia 03 de abril de 2017, no CNAS. Calendário de Reuniões Regionais do  
177 CNAS: Região Norte, nos dias 24 e 25 de maio, em Manaus/AM; Região Nordeste, nos dias 30 e 31  
178 de maio, em Aracajú/SE; Região Sul/Sudeste, nos dias 06 e 07 de junho, em Porto Alegre/RS;  
179 Região Centro-Oeste, nos dias 27 e 28 de junho, em Brasília/DF. Datas comemorativas: dia 15 - Dia

180 dos Assistentes Sociais, dia 17 - Dia Internacional Contra LGTB Fobia, dia 18 - Dia de Combate a  
181 Exploração Infantojuvenil e Dia da Luta Antimanicomial. Conselheiros aniversariantes do mês: dia  
182 23, Laís Mendonça. Repassou para a representante dos usuários o relatório elaborado pela  
183 Secretaria Executiva com todo material compilado do I Encontro de Usuários do SUAS. A Vice-  
184 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos explanou que se sente muito honrada em receber  
185 esse relatório, em nome de todos os usuários e agradeceu por todo apoio na realização do encontro.  
186 Seguindo para os informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Sousa Melo Lima informou  
187 que foi realizado III Encontro Nacional do FONSEAS, nos dias 09 e 10 de maio de 2017, em  
188 Brasília/DF, sendo que o encontro teve como objetivos centrais a realização do planejamento das  
189 ações estratégicas dos Estados para cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS  
190 em âmbito estadual do período de 2016 a 2019 e para cumprimento dos compromissos da União  
191 para apoiar os Estados para superação das mesmas e a eleição da nova diretoria do FONSEA e dos  
192 representantes das instâncias. Postulou que foi muito debatido sobre a dificuldade dos modelos de  
193 regionalização existentes, pois não atendem a realidade de todos os Estados e relatou que ficou  
194 como encaminhamento a continuidade do evento. Ilustrou que a antiga diretoria foi reconduzida,  
195 continuando como Presidente o Secretário Josbertini do Estado do Ceará, Secretária Sra. Aparecida  
196 do Estado Paraíba e Tesoureira a Secretária Sra. Patrícia do Estado de Tocantins. Complementou  
197 que houve algumas mudanças na representação das cinco Vice-Presidências regionais da CIT e  
198 foram indicados para participarem do CNAS, como Conselheira Titular, a Sra. Maíra Leiliane  
199 Oliveira Almeida e como Conselheiro Suplente, o Estado da Bahia. Ponderou que está se  
200 despedindo desse Conselho, agradecendo a todos pelo acolhimento. O Presidente Fábio Moassab  
201 Bruni ressaltou que ficou surpreso pela saída da Conselheira e agradeceu pelas contribuições  
202 CNAS. A Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos  
203 Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, arrazoou que também ficou surpresa com  
204 a saída da Conselheira Célia Maria de Sousa Melo Lima e desejou muito sucesso na sua nova  
205 jornada. O Presidente Fábio Moassab Bruni informou que receberam um reforço para a Secretaria  
206 Executiva do CNAS, apresentando a Sra. Luana. Com relação aos informes do CONGEMAS, o  
207 Conselheiro Sávio Angelin Pereira, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais –  
208 CONGEMAS, parabenizou todos os assistentes sociais pelo o seu dia e comunicou que essa semana  
209 está acontecendo o Encontro Regional do Norte e foi realizada uma homenagem aos assistentes  
210 sociais, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O Conselheiro Leovane Gregório,



211 Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, elucidou que foram debatidos os seguinte  
212 itens de pauta na reunião da CIT: inovações do Programa Primeira Infância com a perspectiva de  
213 ampliar a entrada para 240 municípios; oferta e cofinanciamento para as medidas socioeducativas  
214 em meio aberto de âmbito regional, processo de cadastramento e certificação de entidades  
215 socioassistências, apresentação dos dados do Bolsa Família; apresentação do Censo SUAS 2016;  
216 apresentação de informações sobre o andamento do Capacita SUAS; informes do MDSA, do  
217 CNAS, do CONGEMAS e do FONSEAS. Seguindo para os informes do MDSA, a Sra. Maria do  
218 Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional da Assistência Social, discorreu que está sendo  
219 realizada a oficina de socioaprendizagem e que, estão em processo de repactuação das metas do  
220 ACESSUAS Trabalho, sendo que o termo de aceite da mesma foi aberto em 06 de maio de 2017 e  
221 estará disponível até 16 de junho de 2017. Articulou que houve uma discussão e uma pactuação na  
222 CIT de expansão das metas do Programa Criança Feliz para outros municípios que tiveram a  
223 oportunidade de realizar o aceite e não o fizeram e para novos municípios com mais de 100 mil  
224 habitantes. Explanou que conseguiram alguns ganhos na Reforma da Previdência, uma vez que a  
225 idade mínima passou para 68 anos ao invés de 70 anos e foi mantida a vinculação com o salário  
226 mínimo. Informou que está sendo realizada a consulta pública para elaboração do Plano Individual  
227 de Atendimento a Criança e Adolescentes em Serviço de Acolhimento e que, houve a prorrogação  
228 do prazo para até dia 30 de junho de 2017 para preenchimento do SINPETI. Informou também que  
229 na próxima semana será realizado o Encontro Nacional do Diagnóstico Socioterritorial no SUAS –  
230 O Uso do CadÚnico e que foi discutida, na Reunião da Comissão de Seguridade Social no  
231 Congresso Nacional, sobre o risco do contingenciamento de recursos que o Governo Federal quer  
232 aplicar, que inviabilizaria a execução de serviços via Fundo Nacional para os Fundos Estaduais e  
233 Municipais. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do  
234 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, elucidou que a redação do substitutivo para a proposta  
235 de mudança do BPC da Comissão Especial encontra alguns aspectos que cabem discussão sobre a  
236 articulação com relação aos possíveis destaques que podem ser realizados no momento da votação.  
237 Relatou que o Parágrafo IV do Artigo 203 cita que: “*Em qualquer hipótese a efetivação das*  
238 *transferências de renda de que se tratam os Incisos V e VI considerará a impossibilidade de*  
239 *aplicação do exposto no Artigo 229.*”, observando que esse artigo inviabiliza a operacionalização  
240 do BPC. Notificou que o CONANDA já se posicionou que a referência ao Artigo 229 deveria ser  
241 suprimida da redação, assim como o CNDI está realizando uma reunião extraordinária nesse

242 momento para discutir sobre o tema. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da  
243 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, compreendeu que esse  
244 artigo merece uma atenção do CNAS, mesmo havendo a decisão pela exclusão do BPC da Reforma  
245 da Previdência, entretanto, lembrou que nesse momento apenas caberá destaques pelos deputados.  
246 A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades  
247 de Deficientes Físicos, ressaltou que o que está sendo feito é um absurdo. A Conselheira Luziana  
248 Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia  
249 Ocupacional – COFITO, entendeu que a diminuição da idade mínima de 70 anos para 68 anos não  
250 resolve a situação, uma vez que não diminuirá os danos causados e afirmou que o CNAS precisa se  
251 posicionar em relação a outros temas que são prejudiciais para a Assistência Social. A Vice-  
252 Presidente Rosângela Maira Soares dos Santos informou a Secretária Nacional receberam o  
253 relatório do I Encontro Nacional dos Usuários do SUAS e entregou a mesma a Carta de Brasília  
254 elaborada nesse encontro, com os resultados dos trabalhos. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo,  
255 Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE, arrazoou que o  
256 MDSA lançou um material sobre a não discriminação as pessoas LGBTs, recomendando que o  
257 mesmo seja impresso e distribuído para outras Secretarias de Assistência Social. Seguindo para os  
258 informes da SENARC, a Sra. Solange Teixeira comunicou que, no dia 03 de maio de 2017, foram  
259 lançadas duas ferramentas, uma para gestão e outra para o destinatário da Política de Assistência  
260 Social. Explicou que a ferramenta para gestão se trata de uma Rede de Cadastro Único, que  
261 congrega todos os programas federais com todas as suas informações e que, a ferramenta para o  
262 destinatário da Política de Assistência Social se trata do Consulta Cidadão, para que o usuário tenha  
263 acesso as suas informações. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho acrescentou que a criação do  
264 Consulta Cidadão teve como objetivo emponderar os usuários. Prosseguindo para os informes dos  
265 Conselheiros, a Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali,  
266 reforçou que o número de abuso e exploração sexual a crianças e adolescentes vem aumentando  
267 absurdamente desde janeiro de 2017, destacando que é imprescindível que o CNAS pense em uma  
268 forma de deixar claro o seu envolvimento com essa questão. Solicitou que o CNAS e a Secretaria de  
269 Direitos Humanos reconhecessem publicamente, o dia 24 de maio como Dia Internacional dos  
270 Ciganos, em seus meios de comunicação. Ilustrou que sobre a situação da Assistência Social em  
271 Moçambique, apresentada na audiência. O Conselheiro Leovane Gregório compreendeu que a  
272 experiência vivida na audiência com a delegação de Moçambique foi muito rica, visto que as

273 famílias desse país foram desfeitas através do processo de guerra e pensaram em uma forma de  
274 organização individual. A Conselheira Edna Aparecida Alegro registrou que foi um momento muito  
275 rico de troca de experiências e salientou que sentiram, por parte da delegação moçambicana, a  
276 vontade e o desejo em aprofundar a forma executada pelo Brasil. A Conselheira Luziana Carvalho  
277 Albuquerque Maranhão informou que o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS realizará o  
278 seu seminário, nos dias 01 e 02 de junho de 2017, em Fortaleza/CE. A Conselheira Tathiane Araújo  
279 Aquino ressaltou que hoje é um dia muito importante, sendo que OMS reconheceu que a  
280 homossexualidade, transexualidade e travestilidade não são patologia, retirando da classificação de  
281 doenças. Informou que haverá na embaixada do Reino Unido, uma ação importante que tratará das  
282 leis que estão paradas no Brasil, sendo que estará presente representando o Conselho LGBT e o  
283 CNAS. Discorreu que durante a realização da Parada LGBT de São Paulo serão realizadas várias  
284 atividades, convidando o Conselheiros para participação. A Conselheira Carmen Lucia Lopes  
285 Fogaça compreendeu que podem instruir os municípios e os Estados para que seja respeitado o  
286 nome social nos processos conferenciais e a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida ponderou  
287 que o Estado do Rio Grande do Norte está discutindo sobre Registro de Identificação Social – RIS,  
288 sendo que será agregada na Lei do ITEP/RN, para que haja uma qualidade na identificação.  
289 Comunicou que, no dia 09 de maio de 2017, o Estado do Rio Grande do Norte lançou o CADRN  
290 para o FONCEAS, um sistema gratuito que será disponibilizado para todos os Estados que  
291 desejarem. A Conselheira Célia Maria de Sousa Melo Lima justificou a sua ausência na reunião da  
292 Comissão Organizadora realizada no dia 15 de maio de 2017, informando que recebeu uma  
293 homenagem da Assembleia Legislativa do seu Estado. A Conselheira Edna Aparecida Alegro  
294 articulou que o Grupo de Trabalho de Assessoramento no SUAS tem se reunido com diversas  
295 entidades que atuam com assessoramento e entendeu que o CNAS deveria participar dessas  
296 discussões, por ser uma de suas atribuições, sendo que a última reunião será no dia 31 de maio de  
297 2017, em Brasília/DF. O Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que possui o compromisso de  
298 participar das reuniões desse grupo, porém, ainda não foi possível compatibilizar as agendas. O  
299 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos  
300 Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, notificou que foi realizado o chamamento para a  
301 Reunião da Mesa Nacional de Negociação e Gestão do SUAS realizada nos dias 11 e 12 de abril de  
302 2017 e que foi aprovada a agenda, em que existe o debate sobre o plano de cargos, carreiras e  
303 salários no SUAS. Esclareceu que a próxima reunião será realizada em junho, visto que estão

304 elaborando um projeto sobre o plano de cargos, carreiras e salários no SUAS, trazendo como  
305 suporte técnico o DIESSE. Compreendeu que seria interessante que o documento final viesse para o  
306 CNAS, para que o mesmo tomasse conhecimento. A Conselheira Clátia Regina Vieira,  
307 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e  
308 Filantrópicas – FENATIBREF, informou que o Estado do Rio de Janeiro publicou a chamada da  
309 conferência estadual e que, alguns CRAS ingressaram em uma campanha em relação à exploração e  
310 abuso sexual e em junho, iniciarão uma campanha contra o trabalho infantil. Complementou que, no  
311 dia 24 de maio de 2017, os trabalhadores do SUAS estarão em Brasília protestando contra a  
312 bancada dos golpistas que estão desmontando os benefícios conquistados pelos trabalhadores. O  
313 Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua, postulou  
314 que a articulação da população de rua está promovendo, a partir de maio, a realização de seminários  
315 para discussão sobre os direitos humanos da população de rua, sendo que nos dias 25 e 26 de maio  
316 de 2017 será realizada no Espírito Santo, nos dias 01 e 02 de junho de 2017 em São Paulo, nos dias  
317 05 e 06 de junho de 2017 no Rio de Janeiro, nos dias 08 e 09 junho de 2017 no Rio Grande do  
318 Norte e nos dias 12 e 13 de junho de 2017 no Distrito Federal. Relatou que foi convidado para  
319 participar de uma roda de conversa no Centro POP Leste em Belo Horizonte, para discussão sobre a  
320 participação da população de rua e catadores na conferência municipal. A Vice-Presidente  
321 Rosângela Maria Soares dos Santos notificou que saiu o edital de convocação da conferência  
322 estadual de seu Estado, que será realizada nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2017 e que, esteve  
323 representando o CNAS no Encontro Criança Não é de Rua, que aconteceu em Belém/PA. Explanou  
324 que um primeiro resultado do I Encontro Nacional dos Usuários do SUAS foi a eleição de duas  
325 usuárias do Fórum Estadual de Usuários como Conselheiras Municipais de Assistência Social do  
326 município de Belém/PA. Manifestou que a Fórum de Usuários do SUAS de Manaus/AM realizará  
327 encontros do dia 20 de maio a 03 de junho de 2017 para realizar o debate sobre a participação dos  
328 usuários na Política de Assistência Social com enfoque no processo conferencial estadual.  
329 Prosseguindo para o Relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
330 Transferência de Renda realizada no dia 15 de maio de 2017, o Conselheiro Samuel Rodrigues  
331 elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Articulou que foi debatido o seguinte  
332 ponto de pauta: I) Informes sobre as ações do CNAS em defesa ao BPC – PEC 287/2016 a)  
333 Audiências na Câmara dos Deputados: Audiência com o Assessor do Deputado Diego Garcia no dia  
334 23 de março de 2017, as 20h00; Audiência com Deputado Arthur Maia relator da Comissão

335 Especial no dia 23 de março de 2017, as 15h30. Participaram dessas duas audiências: Sr. Fábio  
336 Moassab Bruni, Presidente do CNAS; Sra. Raquel de Fátima Antunes Martins, Conselheira do  
337 CNAS; Sr. Erivaldo Fernando Neto, Conselheiro do Conselho Nacional do Direito da Pessoa com  
338 Deficiência - CONADE; Sra. Ana Maria Ferreira Melo, Conselheiro do Conselho Nacional do  
339 Direito do Idoso – CNDI. Acrescentou que houve confirmação de audiência com o Deputado  
340 Alexandre Balde, no dia 16 de maio de 2017, as 14h00, porém foi cancelada em função de alteração  
341 da agenda do Deputado, ficando de verificar outra data; b) Audiências Públicas: A Coordenadora  
342 Edna Aparecida Alegro participou de quatro audiências públicas, sendo que a mesma relatou que as  
343 audiências públicas estão sendo executadas com poucos Deputados e a sua maioria não possui  
344 entendimento do que é o público do BPC; c) Documentos recebidos pelo CNAS relacionados a PEC  
345 287/2016 em defesa do BPC: Resolução nº 02/2017 do CMAS de Lajes/SC, Carta Aberta das  
346 Famílias atendidas pela APAI de Campo Mourão/PR, Carta Aberta em Defesa do BPC de CMAS  
347 de Cuiabá; Carta Aberta do CEAS de Pernambuco e Ofício nº 25/2017 do CEAS do Paraná; d)  
348 Informes: Relatório da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Encaminhamento: Que a  
349 Comissão faça articulação com deputados federais para solicitar a apresentação de destaques ao  
350 substitutivo quais sejam: retirada do BPC da Reforma da Previdência, retirada da palavra “integral”  
351 em vários parágrafos. II) Benefícios Eventuais: a) Construção das Orientações Técnicas sobre os  
352 Benefícios Eventuais. Encaminhamentos: 01) Indicação da Coordenadora da Comissão para  
353 representar o CNAS e ser o ponto focal no GT; 02) A Secretaria Executiva do CNAS enviará o  
354 calendário de reuniões para o Departamento de Benefício Socioassistenciais, visando a definição do  
355 calendário de reuniões do GT no dia anterior das reuniões do CNAS, de forma a viabilizar e  
356 otimizar a participação da Coordenadora do Comissão; 03) A Secretaria Executiva do CNAS fará  
357 levantamento das demandas sobre benefícios eventuais recebidos pelo CNAS nos últimos anos,  
358 visando subsidiar o debate e a construção das orientações técnicas; b) Discussão sobre a  
359 necessidade de parecer social para oferta de Benefício Eventuais. Encaminhamento: Realizar  
360 reunião da Comissão com os representantes das entidades de categorias profissionais definidas na  
361 Resolução CNAS nº 17/2011; III) Outros Informes: II Reunião da Comissão Permanente de  
362 Direitos ao Trabalho, Educação e a Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.  
363 Encaminhamento: Encaminhar aos Conselheiros do CNAS a Recomendação CNDH nº 04/2017  
364 para conhecimento. IV) Definição de pauta da Reunião da Comissão para o dia 14 de agosto de  
365 2017: a) Informes sobre a Reforma da Previdência; b) Reunião com os representantes das entidades

366 e categoriais profissionais do SUAS sobre os Benefícios Eventuais – Convidados: Entidades de  
367 Classe, assistentes sociais, psicólogos, advogados, antropólogos, economistas domésticos,  
368 pedagogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e músicos terapeutas. A Conselheira Célia Maria de  
369 Sousa Melo Lima questionou o motivo da não participação do FONSEAS e do CONGEMAS no  
370 grupo de trabalho que trata da construção das orientações técnicas sobre os benefícios eventuais,  
371 sugerindo que seja retirado algum encaminhamento em relação a participação dos mesmos. A  
372 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins lembrou que essas orientações técnicas deveriam  
373 ser elaboradas por um consultor, visto que pela falta de currículos válidos suficientes essa  
374 contratação, não foi realizada e em uma deliberação interna da SNAS foi decidido que a própria  
375 equipe técnica construiria. Compreendeu que podem elaborar um encaminhamento como poderia  
376 ser a participação do FONSEAS e do CONGEMAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu,  
377 como encaminhamento, solicitar ao departamento que coordena o grupo de trabalho que avalie a  
378 possibilidade de agregar outros membros. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins  
379 explicou que não foi formalizada a criação de grupo de trabalho, uma vez que todos os técnicos do  
380 departamento estão trabalhando nesse documento e afirmou que concorda com a importância da  
381 participação dos Estados e dos municípios. Diante a explicação, o Presidente Fábio Moassab Bruni  
382 retirou a sua sugestão de encaminhamento e solicitou que a medida que o material seja produzido  
383 seja socializado aos pontos focais para contribuições. Iniciando a apresentação dos impactos da  
384 Reforma da Previdência no BPC, a Sra. Luciana Jaccoud, Representante do IPEA, arrazoou que a  
385 Reforma da Previdência se debruça sobre as determinações da Constituição de 1988, que criou a  
386 categoria de seguridade social com um conjunto de inovações, elencando as mesmas. Discorreu que  
387 estão abordando cerca de 33 milhões de benefícios/mês garantidos pelo Sistema de Previdência  
388 Social, sendo cerca de 20 milhões de benefícios urbanos, 9,5 milhões de benefícios rurais e 4,5 de  
389 benefícios do BPC. Informou que menos de 1% dos idosos com mais 65 anos estão em situação de  
390 extrema pobreza e cerca de 9% estão em situação de pobreza, visto que 84% dos idosos com mais  
391 de 60 anos possuem transferências diretas da Previdência e Assistência Social. Articulou que existe  
392 um arranjo protetivo, que concilia benefícios contributivos clássicos, semi-contributivos e não  
393 contributivo, uma vez que os mesmos possuem um enorme custo para sociedade brasileira em  
394 termos de recursos mobilizados e um esforço muito grande de interlocução de intersectorialidade,  
395 porém, com impactos reconhecidos na bibliografia de redução da pobreza, desigualdade e na  
396 melhora de vida das pessoas com deficiências e idosas. Ilustrou que PEC 287 altera o conjunto do

397 arranjo protetivo do Sistema de Garantia de Renda no campo previdenciário e assistencial, sendo os  
398 mais relevantes: alteração da regra de contribuição, extinção do regime especial dos trabalhadores  
399 rurais e das alterações antepostas ao BPC. Apresentou sobre cada uma das alterações mais  
400 relevantes e informou que o IPEA realizou um estudo com base nos micro dados de concessão da  
401 Previdência Social de 2014, sendo que foi avaliado que a média de trabalhadores que aposentaram  
402 por tempo de contribuição, realmente aposentaram com 30 anos/mulheres e 35 anos/homens,  
403 entretanto, a média de trabalhadores que aposentaram por idade mínima, se aposentaram com um  
404 tempo de contribuição muito menor de cerca de 19 anos/mulheres e de 21 anos/homens. Postulou  
405 que caso a medida de extinção do regime especial dos trabalhadores rurais seja aprovada haverá  
406 uma exclusão previdenciária de 60% a 80% dos trabalhadores rurais de economia familiar.  
407 Ressaltou que a exclusão previdenciária rural aumentará a desigualdade entre campo e a cidade e  
408 haverá um potencial de ampliação da desigualdade entre homens e mulheres. Com relação as  
409 alterações do BPC, relatou que existe um documento do IPEA realizando um exercício específico  
410 do significaria as alterações de idades e redução do público beneficiado do BPC e uma estimativa  
411 da desvinculação do salário mínimo. Apresentou alguns dados sobre os impactos econômicos da  
412 reforma e salientou que existe um potencial de enfraquecimento da capacidade protetiva do BPC e  
413 um impacto nas demandas do SUAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu pela  
414 apresentação e ilustrou que a mesma demonstra como essa reforma afetará a solidariedade social.  
415 Compreendeu que a proposta é muito perversa quando separa o benefício para os idosos do  
416 benefício para as pessoas com deficiência e afirmou que o CNAS mantém a posição da retirada do  
417 BPC da Reforma da Previdência. A Conselheira Edna Aparecida Alegro elucidou que estão  
418 preocupados com as alterações e afirmou que o acesso ao BPC será extinto com situação de renda  
419 integral e com o dever dos filhos cuidar dos pais. Informou que conversou com o Deputado Otávio  
420 Leite, que solicitou que fosse elaborado e encaminhado um documento objetivo com as  
421 ponderações do CNAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni propôs que as Conselheiras Luziana  
422 Carvalho de Albuquerque Maranhão, Raquel de Fátima Antunes Martins e Mariana de Souza  
423 Machado Neris elaborassem o documento com o posicionamento do CNAS, explicando quais são  
424 os impactos trazidos em relação a Política de Assistência Social. A Conselheira Máira Leilane  
425 Oliveira Almeida destacou os impactos sociais e econômicos nos municípios com a perda do BPC e  
426 a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris ilustrou que essa reforma possui um grande  
427 impacto de gênero, observando que as mulheres brasileiras sofrerão muito se as mudanças forem

428 implementadas da maneira que está. Arrazouo que haverá a exclusão dos trabalhadores que  
429 possuem menor escolaridade e que, a ampliação do tempo de contribuição e a idade mínima  
430 ampliará as condições de riscos. Discorreu que a desvinculação do salário mínimo para as pessoas  
431 com deficiência e a fragmentação do BPC de pessoa idosa e com deficiência causará impactos na  
432 renda de sobrevivência das famílias, afirmando que se somará ao grupo para elaborar esse  
433 documento. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão articulou que a situação é  
434 gravíssima e compreendeu que o CNAS deve fazer o enfrentamento no Congresso Nacional, pois  
435 não observa muitas expectativas de mudanças com apenas a elaboração de documentos. A  
436 Conselheira Edna Aparecida Alegro solicitou que a Sra. Luciana Jaccoud explanasse sobre a  
437 expectativa de vida dos idosos carentes e a Conselheira Elisa Maciel Costa ponderou que os  
438 materiais sobre o posicionamento do CNAS devem ser encaminhados a todas as estruturas  
439 municipais e estaduais e colocou-se a disposição para contribuir com o documento. O Conselheiro  
440 Sávio Angelim Pereira articulou que todos sabem dos impactos que essas mudanças trarão para os  
441 municípios de pequeno porte brasileiros, especialmente para aqueles da região nordeste e ilustrou  
442 que dificilmente as pessoas mais pobres e vulneráveis receberão a integralidade do benefício. A Sra.  
443 Luciana Jaccoud agradeceu pela atenção e comentou que o BPC em média equivale a 40% FBM.  
444 Relatou que o IPEA realizou um exercício sobre a idade do beneficiário do BPC, sendo que os  
445 dados mostraram que a concessão do BPC para o idoso dura menos de oito anos, considerando que  
446 o mesmo recebe esse benefício com 66,5 anos em média. Explanou que a solidariedade entre  
447 categorias profissionais dão a base da capacidade protetiva que o sistema de proteção social  
448 conseguiu efetivar. O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu pelas contribuições e passou para  
449 o próximo ponto de pauta, apresentação de Orientações Técnicas sobre os Serviços de Proteção  
450 Social Especial para pessoas com deficiências e suas famílias em Centro Dia. A Conselheira  
451 Mariana de Souza Machado Neris explicou que essa pauta decorre de um debate realizado no  
452 CNAS, em que tiveram a oportunidade de levar para a Reunião Ampliada e Descentralizada  
453 realizada em São Paulo a proposta de expansão do Serviço de Proteção Social Especial a pessoas  
454 com deficiências devido ao aumento substancial de crianças com deficiência causada pelo Zika  
455 vírus. A Sra. Ana Luíza Coelho, Coordenadora de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos,  
456 contextualizou como estão sendo realizadas as ações em relação a essa modalidade específica do  
457 Centro Dia para crianças com microcefalia e outras deficiências de zero a seis anos dentro do  
458 MDSA e postulou que tiveram uma agenda muito intensa com os gestores municipais e estaduais da



459 saúde, educação e da assistência social, além dos Conselheiros da pessoa com deficiências. Relatou  
460 que perceberam que os gestores estão muito comprometidos para a realização desse serviço  
461 específico no Centro Dia, especialmente em relação a microcefalia e informou que estão finalizando  
462 o termo de aceite para os municípios que preencheram os critérios de elegibilidade. A Sra. Deusina  
463 Lopes, Assessora da Coordenação de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social  
464 Especial, elucidou que as condições sociais das famílias para cuidar das crianças com deficiência  
465 são determinante para a qualidade de vida das mesmas, porém, ponderou que as famílias são  
466 extremamente jovens e não possuem entendimento sobre o tema. Comunicou que resgataram o  
467 compromisso da convenção e da LBI para implantar esse programa no Centro Dia naqueles Estados  
468 com maior percentual de casos de microcefalia, visto que serão atendidas as crianças de zero a seis  
469 anos. Explicou que os objetivos dos serviços serão exatamente aqueles previstos na tipificação e  
470 que, o Governo Federal está financiando R\$ 40 mil por mês com a previsão de 50% de  
471 cofinanciamento do Estado. Comunicou que serão contemplados de 30 a 150 usuários e que, equipe  
472 mínima para esse serviço é composta por: coordenador, assistente social psicólogo, terapeuta  
473 ocupacional, cuidadores sociais, auxiliares de cuidadores sociais, podendo ser acrescida com outros  
474 profissionais de nível superior. Explanou que o serviço é de abrangência municipal e que, foram  
475 definidas algumas orientações técnicas, como: espaço físico adequado, compartilhamento do espaço  
476 físico, coordenação geral e equipe de referência. Arrazoou que o Centro Dia é uma referência de  
477 apoio as famílias e explicou que o critério de expansão utilizado foi o número de casos confirmados  
478 informado pelo Ministério da Saúde. Elucidou que, com a assinatura do termo de aceite, serão  
479 repassadas seis parcelas para implantação e no ato da comprovação da mesma, os repasses  
480 continuaram sendo realizados. Apresentou os municípios selecionais e elegíveis e o mapa de  
481 incidência, finalizando a sua apresentação. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça discorreu  
482 que a questão do cofinanciamento é sempre um problema e solicitou esclarecimento sobre o critério  
483 de definição do número de cuidadores e como serão trabalhadas as famílias. A Conselheira Luziana  
484 Carvalho de Albuquerque Maranhão comentou que o seu Conselho Regional abraçou a causa da  
485 microcefalia desde o início e criou um grupo de trabalho que está discutindo e produzindo trabalhos  
486 de capacitação, sendo que está visto como grupo de trabalho de referência em relação a microcefalia  
487 no Brasil. Ponderou que não está claro que os profissionais mencionados no projeto serão dos  
488 centros especializados e questionou se existe algum levantamento das famílias e de estrutura dos  
489 centros de reabilitação. A Sra. Ana Luísa Coelho ressaltou que correm o risco em muitos serviços

490 da Assistência Social de fugir do seu escopo e compreendeu que o ponto central do Centro Dia é a  
491 dimensão da família, reforçando que a reabilitação e a educação infantil não serão feita no Centro  
492 Dia. Ilustrou que tempo de permanência de cada criança será definida de acordo com cada família,  
493 por isso é necessário a articulação das políticas e que, o cofinanciamento federal não é para  
494 cobertura total do serviço, sendo complementando pelo Estado e pelo município. A Conselheira  
495 Thereza de Lamare Franco Netto, Representante do Ministério da Saúde, cumprimentou a equipe do  
496 MDSA pela proposta e destacou que a concepção do Centro Dia deve ser na direção de uma agenda  
497 compartilhada, sendo que está sendo realizado um trabalho de alinhamento com o Ministério da  
498 Saúde. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris manifestou que estão tentando evitar o  
499 acolhimento precoce das crianças com microcefalia e afirmou que o Centro Dia não é espaço para  
500 estimulação precoce, visto que o centro especializado realizará o mesmo. Explicou que a  
501 participação da saúde vem como um suporte e apoio para orientação das equipes do ponto de vista  
502 da alimentação e informou que podem fazer um mapeamento de uma estimativa de custos pela  
503 regulação proposta do Plano Viver Sem Limites. Esclareceu que estão propondo o atendimento  
504 diário de 30 crianças, o que não significa que todas serão atendidas todos os dias da semana, sendo  
505 necessária a construção de um planejamento para verificação da necessidade da família. Sugeriu  
506 que o material da metodologia circule entre os Conselheiros, para que os mesmos realizem  
507 contribuições. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão afirmou que é  
508 fundamental que os centros especializados se propõem atender as crianças a partir de zero ano e  
509 entendeu que seria importante deixar claro que as atividades realizadas pela família ou pelo  
510 cuidador não substituem a técnica do profissional. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que  
511 com o encaminhamento da Conselheira Mariana de Souza Machado Neris todas as preocupações  
512 devem ser remetidas e agradeceu pelas contribuições. Seguindo para apresentação do Informe IV da  
513 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, a Sra. Juliana Maria Ferreira Pereira,  
514 Representante da SNAS/MDSA, informou que o Informe IV está estruturado em: introdução,  
515 conteúdo sobre as conferências estaduais retomando um conteúdo do Informe II relativo ao tema e  
516 aos eixos do processo conferencial de 2017; as ações preparatórias da conferência estadual, formato  
517 e metodologia da conferência estadual; e registros das conferências estaduais. Apresentou o  
518 conteúdo de cada item abordado no Informe IV e colocou-se a disposição para esclarecimento.  
519 Informou que, considerando a especificidade do Distrito Federal, o grupo de especialistas decidiu  
520 trabalhar em um informe específico para a realização de sua conferência. A Conselheira Solange

521 Teixeira agradeceu pela disponibilidade da Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira e arrazoou que está  
522 com dúvidas em relação a votação das propostas apresentadas pelos municípios, nos grupos de  
523 trabalhos, pelos delegados. A Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira explicou que os grupos de  
524 trabalho trabalharão com as deliberações que vieram dos municípios e com as novas deliberações,  
525 caso entenda que é necessário. Sendo que após realizar esse trabalho, os delegados terão que  
526 classificar as deliberações para encaminhar 10 deliberações para o Estado e 10 deliberações para a  
527 União, tendo no máximo até duas propostas novas para cada ente. A Conselheira Solange Teixeira  
528 sugeriu alterar o termo “proposta” por “deliberação” na redação do item, para que não haja  
529 nenhuma confusão e questionou qual foi a motivação para que as perguntas norteadoras não fossem  
530 contempladas nesse instrumental. A Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira esclareceu que será  
531 alterado o termo e que, não estava presente no momento da definição da retirada das perguntas  
532 norteadoras, solicitando que a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho realize esse  
533 esclarecimento. A Conselheira Célia Maira de Sousa Melo Lima explanou sobre o seu entendimento  
534 do processo em relação as deliberações, questionando se o mesmo está correto e o Conselheiro  
535 Leovane Gregório questionou se foram definidos os membros para a composição da Comissão de  
536 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais. O Conselheiro Carlos Nambu  
537 ressaltou que precisam tomar cuidado com os termos utilizados. A Sra. Juliana Maria Fernandes  
538 Pereira explanou que, quando o Estado recebe as deliberações dos municípios, já é realizado um  
539 trabalho de classificação conforme natureza de responsabilidade dos entes e posteriormente  
540 ranquear, nos eixos, conforme a frequência. Comentou que, na apresentação para a Comissão  
541 Organizadora da 11ª Conferência de Assistência Social, foi retirado o encaminhamento de incluir os  
542 esquemas no anexo do Informe IV, para facilitar a compreensão. A Sra. Maria das Mercês de  
543 Avelino Carvalho destacou que a grande novidade dessa conferência é garantir que as deliberações  
544 advindas dos municípios não se descaracterizem no processo das conferências estaduais. Informou  
545 que a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais foi constituída  
546 logo na reunião subsequente a nova composição do colegiado, sendo que é composta pela  
547 Conselheira Márcia Góes, Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida, Conselheira Clátia Regina,  
548 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho e Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos.  
549 Com relação as perguntas norteadoras, notificou que houve o entendimento que os Estados já teriam  
550 alcançado o nível de amadurecimento que não necessariamente não implicaria nessas observações,  
551 porém, existe uma indicação da equipe de especialistas que o conteúdo serva de subsídio para as

552 reuniões regionais do CNAS com os Estados. O Presidente Fábio Moassab Bruni relatou que será  
553 necessário convidar o CAS/DF para discutir sobre as orientações próprias, para a reunião nos dias  
554 12 e 13 de junho de 2017 e que, a minuta do Informe IV já foi encaminhada os Conselheiros,  
555 sugerindo a aprovação da mesma. Os Conselheiros concordam com a aprovação da minuta do  
556 Informe IV e o Presidente Fábio Moassab Bruni passou para o relato da reunião da Comissão  
557 Organizadora da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social, elencando que foram debatidos os  
558 seguintes itens de pauta: I) Discussão sobre a proposta de Prêmio Mérito do CNAS para a 11ª  
559 Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento: A Secretária Executiva elaborará  
560 uma minuta do edital sobre Prêmio Mérito do CNAS para apresentação na reunião da Comissão  
561 Organizadora, no mês de junho. II) Informes. a) Ofício nº 88/2017 CAS/DF. Encaminhamento: Que  
562 o CNAS responda ao CAS/DF sobre a impossibilidade de ampliação de vagas de delegados  
563 representantes do Distrito Federal, uma vez que o quantitativo foi discutido e aprovado na plenária  
564 com base nas variáveis dos questionários dos Conselhos do Censo 2016, priorizando apenas o dado  
565 populacional como na conferência anterior e ainda divisível por dois, para contemplar a paridade  
566 entre governo e sociedade civil divisível por três para considerar o segmento dos usuários,  
567 trabalhadores e entidades. b) Ofício nº 02/2017 Canguçu/RS; III) Discussão e validação de minuta  
568 com orientações para realização das conferências estaduais de Assistência Social e do Distrito  
569 Federal a ser divulgada por meio do Informe CNAS ; IV) Definição de pauta da reunião em junho:  
570 a) Informe CNAS X de 2107 – Orientações para as Conferências de Assistência Social para o  
571 Distrito Federal; b) Plano de Comunicação da ASCOM; c) Apresentação de edital do Prêmio Mérito  
572 CNAS. Realizou a leitura da proposta anexada do Prêmio Mérito do CNAS e não havendo nenhum  
573 comentário, o relato foi aprovado. **ENCERRAMENTO 17/05/2017:** O Presidente Fábio Moassab  
574 Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 254ª Reunião Ordinária do  
575 CNAS. **ABERTURA 18/05/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia de  
576 reunião cumprimentando a todos e solicitou a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho,  
577 Secretária-Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do quórum. Realizada a  
578 verificação, passou ao relato reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 16 de maio de 2016  
579 informando os participantes presentes. Discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I)  
580 Informes das reuniões das Comissões Temáticas; II) Auditoria Operacional TCU 019090/2015-3 –  
581 Atuação do MDSA e CNAS sobre controles do SUAS realizados pelos CAS; III) Carta aprovada no  
582 I Congresso Internacional de Acolhimento Familiar, realizados nos dias 03 e 04 de abril de 2017 em

583 Cascavel/PR. Encaminhamento: Enviar para a SNAS para ciência e resposta ao interessado; IV)  
584 Projeto de Lei nº 24/2017 de 04 de maio de 2017, da Prefeitura Municipal de Formosa/GO, que  
585 autoriza o município de Formosa a fazer doações específica para os cidadãos ou famílias em  
586 situação de vulnerabilidade financeira. Encaminhamentos: Enviar ofício ao CMAS, ao CEAS, a  
587 Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal solicitando esclarecimentos e informar sobre a  
588 Resolução CNAS nº 39/2016; V) Ofício nº 322/2017 – PL 029/2017. Encaminhamento: Enviar a  
589 SNAS para conhecimento e providências, comunicando a Polícia Federal. VI) Solicitação de  
590 alteração de data da Reunião Ordinária do CNAS pelo CONGEMAS por meio do Ofício nº 85.  
591 Encaminhamento: A Presidência Ampliada indica o Presidente e a Vice-Presidente para  
592 participarem do evento, com a seguinte sugestão de datas para as reuniões do CNAS no mês de  
593 junho: do dia 27 a 29 – Reunião Ordinária do CNAS; do dia 21 e 22 - Reunião Regional do Centro-  
594 Oeste; dia 26 - Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional; dia 30 - Reunião  
595 Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF. VI) Convite e Informes: a) Convite do CFEES para o  
596 ato de lançamento da campanha pela redução da desigualdade social no dia 11 de maio de 2017, em  
597 Brasília/DF. Encaminhamento: Foi enviada justificativa de ausência do CNAS e informado aquele  
598 Conselho que estão a disposição para participarem da campanha e pautar o tema em outra  
599 oportunidade; b) Convite para o 38ª Encontro do FONACEAS a ser realizado do dia 27 a 29 de  
600 julho de 2017 em Gramado/RS, que terá como tema “Pacto de Aprimoramento do SUAS e o  
601 Fortalecimento do Controle Social do SUAS”. Encaminhamento: Indicados o Presidente do CNAS  
602 para o Painel II e a Secretária Executiva para o Painel IV; c) X Encontro Nacional de Vigilância  
603 Socioassistencial do SUAS a ser realizado no período de 24 a 26 de maio de 2017, em Brasília/DF.  
604 Encaminhamento: O Presidente Fábio Moassab Bruni, Conselheira Luziana Maranhão e Carlos  
605 Nambu se manifestaram favoravelmente a participação; d) Seminário Trans – Vivências, Lutas e  
606 Conquistas, que será realizado no dia 19 de maio de 2017. Encaminhamento: Enviar convocação  
607 para a Conselheira Tathiane Araújo Aquino para representar o CNAS no referido evento; e) V  
608 Seminário de Aprendizagem Profissional do Combate e Erradicação do Trabalho Infantil –  
609 Oportunidade de Transforma, que será realizado no dia 12 de junho de 2017, em Caxias do Sul.  
610 Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere a participação da Conselheira Silva Regina  
611 Ramires no seminário; f) I Seminário de Políticas Públicas para o Povo Rom, que será realizado no  
612 dia 19 de maio de 2017 em Campo Grande/MS. Encaminhamento: A Conselheira Elisa Maciel  
613 Costa foi indicada para participar do referido seminário; g) Oficina de Socioaprendizagem no

614 SUAS, que será realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2017, em Brasília/DF. Encaminhamento:  
615 Foram indicadas as Conselheiras Edna Aparecida Alegria e Maria José Vasconcelos Barreto  
616 Carvalho Vasconcelos para participação na oficina; h) Ação Transada que será realizada dos dias 15  
617 a 18 de junho de 2017, em São Paulo/SP. Encaminhamento: Verificar se o CNAS possui recurso  
618 para viabilizar passagens e diárias para a sua participação na ação, devido ao limite orçamentário do  
619 Conselho e datas do evento recaírem em datas próximas a feriados ou final de semana; i) Oficina  
620 sobre Acolhimento Familiar e Guarda Subsidiada, que será realizada dos dias 31 de maio a 01 de  
621 junho de 2017, em Brasília/DF. Encaminhamento: A Presidência Ampliada indicou a Vice-  
622 Presidente e a Conselheira Elisa Maciel Costa para participar da oficina; VIII) Indicações do CNAS  
623 para compor comitês. a) Comitê Intersetorial para Políticas da Primeira Infância no SUAS.  
624 Encaminhamento: Foram indicadas a Conselheira Elisa Maciel Costa como titular e a Conselheira  
625 Luziana Maranhão como suplente; b) Comitê Consultivo vinculado ao Grupo de Gestores do  
626 Programa de Aquisições de Alimento. Encaminhamento: Foram indicados o Conselheiro Samuel  
627 Rodrigues como titular e a Conselheira Elisa Maciel Costa como suplente; IX) Conferências  
628 Municipais de Assistência Social das Capitais – Anexo A; X) Pauta da Reunião Trimestral do  
629 CNAS com os CEAS e CAS/DF, que será realizada no dia 19 de junho de 2017: das 09h00 as  
630 09h30 – Abertura; 09h30 as 10h30 – Fala da Secretária Nacional de Assistência Social; 10h30 as  
631 11h30 – Debate; 11h30 as 12h00 – Informes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social;  
632 12h20 as 14h00 – Almoço; 14h00 as 15h30 – Discussão sobre o modelo de relatoria para o processo  
633 conferencial; 15h30 as 17h00 – Debates. XI) Pauta da Reunião 255ª do CNAS de junho de 2017:  
634 Dia 19/06 – das 09h00 as 18h00 - Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia  
635 20/06: das 09h00 as 16h00 - Reunião das Comissões Temáticas; das 16h00 as 19h00 - Presidência  
636 Ampliada. Dia 21/06: 254ª Reunião Ordinária do CNAS - das 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata  
637 da 254ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 255ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as  
638 10h00 – Informes da Presidência, Secretária Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
639 Conselheiros; das 10h00 as 18h00 – A definir. Dia 22/06 – Continuação da 255ª Reunião Ordinária  
640 do CNAS – das 09h00 as 10h30 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h30 as 12h00 – Relato da  
641 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 as 15h30 – Relato da  
642 Comissão de Políticas da Assistência Social; das 15h30 as 17h00 – Relato da Comissão de  
643 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 17h00 as 18h00 – Relato da Comissão  
644 de Normas da Assistência Social. Informou que existe outro anexo com a possibilidade de alteração

645 das datas com a mesma pauta. O Conselheiro Leovane Gregório ponderou que gostaria de tomar  
646 conhecimento sobre quais foram os apontamentos na auditoria do TCU e o Presidente Fábio  
647 Moassab Bruni explicou que não é uma auditoria relacionada ao Conselho, mais sim uma auditoria  
648 para saber como Fundo Nacional avalia os pareceres nas prestações contas dos respectivos  
649 conselhos de assistência social. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins informou que a  
650 Comissão de Benefício e Transferência de Renda possui interesse em se debruçar sobre a lei  
651 sancionada pela Câmara de Vereadores de Formosa/GO, para que possa trazer outras questões  
652 relacionadas a sobreposição de ações por parte do governo. A Conselheira Solange Teixeira  
653 compreendeu que precisam envolver o Ministério Público, uma vez que essa lei municipal refere  
654 totalmente os dispositivos de leis maiores e a Conselheira Edna Aparecida Alegro ponderou que o  
655 ofício, que será encaminhado, deve qualificar o que é o benefício eventual. A Conselheira Luziana  
656 Carvalho de Albuquerque Maranhão afirmou que o CNAS precisa solicitar a revogação dessa lei e  
657 explicar os motivos da mesma, por ser contrária a política do Estado. O Presidente Fábio Moassab  
658 Bruni ponderou que prefere solicitar a revogação da lei após a análise da Comissão e a Conselheira  
659 Edna Aparecida Alegro compreendeu que será necessário realizar uma reunião extraordinária da  
660 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda, para tratar dessa questão e as questões colocadas  
661 sobre o BPC. O Conselheiro Leovane Gregório solicitou que a SNAS informasse os  
662 encaminhamentos dados diante a solicitação realizada pela Política Federal. A Conselheira Solange  
663 Teixeira ressaltou que o calendário de reunião do CNAS foi pactuado em novembro de 2016, sendo  
664 que o CNAS precisa avaliar a sua posição em relação a alteração de sua reunião. Após várias  
665 manifestações sobre a alteração da próxima reunião do CNAS, os Conselheiros decidem manter o  
666 calendário, diante a dificuldade de alteração. A Sra. Silva Regina Ramires ilustrou que está faltando  
667 o convite para a Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Aprendizagem e a Sra. Maria das  
668 Mercês de Avelino Carvalho esclareceu que esse convite apareceu nos informes da Presidência  
669 Ampliada. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos informou que a Conselheira Elisa  
670 Maciel Costa solicitou que fosse indicada para participar do Encontro Nacional de Vigilância do  
671 SUAS e o Presidente Fábio Moassab Bruni afirmou que será indicada. A Vice-Presidente Rosângela  
672 Maria Soares dos Santos informou também que recusará o convite da Presidência Ampliada para  
673 participar da Oficina sobre Acolhimento Familiar e Guarda Subsidiada, uma vez que estará  
674 representando o CNAS na reunião do CONATRAP no dia 31 de maio de 2017 e explanou que, na  
675 reunião da sociedade civil, indicaram a Conselheira Edna Aparecida Alegro e a Conselheira Elisa

676 Maciel Costa para participar dessa oficina. A Conselheira Célia Maria de Sousa Melo Lima  
677 ponderou que sentiu falta de mencionar o relato da Comissão de Ética na pauta da 255ª Reunião  
678 Ordinária do CNAS e a Conselheira Edna Aparecida Alegro informou que a reunião extraordinária  
679 da Comissão de Benefícios e Transferências de Renda será realizada no dia 20 de junho, das 10h00  
680 as 18h00. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
681 Assistência Social realizada no dia 16 de maio de 2017, o Conselheiro Clodoaldo José Oliva  
682 Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, elencou os conselheiros e  
683 convidados presentes e informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Apreciação do  
684 Relatório de Execução Orçamentária e Financeira – FNAS – 1º Trimestre – Exercício 2017.  
685 Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária a aprovação do Relatório de Execução  
686 Orçamentária e Financeira – FNAS – 1º Trimestre – Exercício 2017 - Resolução Anexo III; II)  
687 Apresentação dos parâmetros da proposta orçamentária de 2018 – Resolução CNAS 78/2006.  
688 Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária aprovação dos parâmetros da proposta  
689 orçamentária de 2018 – Resolução Anexo IV; III) Apresentação do Relatório da Execução  
690 Financeira da Ação 8.249 – 1º Trimestre – Exercício 2017; Encaminhamentos: 01) A Comissão  
691 sugere a Plenária a aprovação do Relatório da Execução Financeira da Ação 8.249 – 1º Trimestre –  
692 Exercício 2017; 02) Solicitar a Secretaria Executiva do CNAS o levantamento com justificativa  
693 para a recomposição dos PIs referente a Ação 8.149 de 2017, conforme o Plano de Ação de  
694 Comissões, Plano Global do CNAS, Resolução de Monitoramento das Deliberações, II Plano  
695 Nacional Decenal de Assistência Social, considerando também o planejamento realizado pela  
696 Secretaria Executiva/CNAS quando da construção da PLOA de 2017; 03) Recomendar a SNAS a  
697 recomposição dos PIs referente a Ação 8.249 de 2017 conforme levantamento realizado pela  
698 Secretaria Executiva/CNAS a ser apreciado pela Comissão e proposta ao plenário no mês de junho.  
699 IV) Proposta de Pauta para reunião de junho: a) Revisão da classificação orçamentária da  
700 Assistência Social – Encaminhamento da Presidência Ampliada – Função 08; b) Discussão  
701 referente ao limite orçamentário das emendas de comissão, bancada e relator - Apreciação do  
702 levantamento do conjunto de emendas parlamentares para o orçamento de 2017 e do fluxo referente  
703 a liberação do limite orçamentário relacionados as emendas aprovadas para a Assistência Social; c)  
704 Discussão sobre o PPA e LDO - Apreciação do levantamento da atuação do CNAS em relação a  
705 PPA e LDO no que se refere a Assistência Social; d) Apreciação da análise a ser realizada pela  
706 Secretaria Executiva/CNAS referente a recomposição dos PIs da Ação 8.249/2017. O Conselheiro



707 Leovane Gregório questionou como os municípios conseguirão, de fato, fazer a execução dos  
708 serviços com essa forma de orçamento, visto que está havendo atrasos no pagamento das parcelas  
709 dos serviços de proteção básica e especial durante o trimestre. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva  
710 Muchinski esclareceu que essa discussão não foi pauta da Comissão e que, será solicitado, na  
711 apresentação do segundo relatório trimestral, a explicação em relação a execução desses recursos. O  
712 Conselheiro Leovane Gregório relatou sobre a sua preocupação com a pouca execução dos recursos  
713 nas ações enquanto CNAS e compreendeu que precisam pensar nos processos de utilização dos  
714 recursos, para que, de fato, promovam temas importantes para o controle social. A Sra. Maria das  
715 Mercês de Avelino Carvalho explicou que a execução crescerá no segundo semestre de 2017, com  
716 a realização do processo conferencial e destacou que os recursos para diárias estão sofrendo  
717 contingenciamento. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão solicitou que  
718 fossem disponibilizados computadores para realização dos trabalhos do CNAS e a Sra. Maria das  
719 Mercês de Avelino Carvalho informou que através da Ação 8.249, o CNAS adquiriu 23  
720 computadores, sendo um para cada coordenação e destacou que a estrutura do CNAS é referência  
721 para a maioria dos Conselhos Nacionais que funcionam na Esplanada dos Ministérios. O  
722 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski compreendeu que seria interessante elaborar uma  
723 ferramenta em que os Conselhos Estaduais e Municipais pudessem acompanhar simultaneamente a  
724 reunião do CNAS. Realizada a leitura da Resolução que dispõe sobre a aprovação do Relatório de  
725 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 1º Trimestre –  
726 Exercício 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni colocou a mesma para apreciação dos  
727 Conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Realizada a leitura da Resolução que aprova os  
728 Parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social relativo ao Orçamento de 2018, o  
729 Presidente Fábio Moassab Bruni colocou a mesma para apreciação dos Conselheiros, sendo  
730 aprovada com uma abstenção do Conselheiro Sávio Angelim Pereira. Iniciando o relato da reunião  
731 conjunta da Comissão de Políticas da Assistência Social e da Comissão de Financiamento e de  
732 Orçamento da Assistência Social, realizada no dia 16 de maio de 2017, a Conselheira Célia Maria  
733 de Sousa Melo Lima elencou os conselheiros, convidados e participantes presentes. Articulou que  
734 foi debatido o seguinte item de pauta: Apresentação do Novo Aceite para o Programa Primeira  
735 Infância no SUAS. Encaminhamento: A Comissão de Política e a Comissão de Financiamento e  
736 Orçamento acordaram que a referida resolução seja discutida diretamente na Plenária do CNAS. A  
737 Conselheira Renata Aparecida Ferreira realizou uma breve explicação técnica do processo para

738 elaboração do novo aceite. Realizada a leitura da Resolução que aprova os critérios de partilha para  
739 expansão do cofinanciamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício 2017 e  
740 dá outras providências, o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira informou que na reunião da  
741 sociedade civil foi retirada uma posição de que não existem dados suficientes da execução do  
742 programa com base nos indicadores e nas metas físicas dos resultados, sendo que apenas a partir  
743 desses dados poderão avaliar. Afirmou que a sociedade civil é contra a aprovação da resolução. A  
744 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão explicou que a sociedade civil entende  
745 que não é o momento de apresentar essa resolução, devido a falta de dados sobre o resultado. A  
746 Conselheira Renata Aparecida Ferreira ponderou que de 2.484 municípios que realizaram o aceite  
747 apenas 17 requisitaram o cancelamento do mesmo, sendo que apenas nove enviaram ofício  
748 justificando e informou que o objeto em pauta foi colocado pelos gestores municipais e estaduais. A  
749 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris ilustrou que independe de qual for o resultado das  
750 negociações de qualquer processo político que o Brasil esteja vivenciando, o Conselho tem o  
751 objetivo de fazer a defesa do SUAS e ressaltou que gostaria de um esclarecimento do motivo de  
752 negar o direito aos municípios de realizar o aceite ao Programa Primeira Infância no SUAS. O  
753 Presidente Fábio Moassab Bruni salientou que essa demanda foi realizada pelos municípios e pelos  
754 Estados em razão das trocas de gestão municipal e de reavaliação diante as orientações realizadas.  
755 Afirmou que gostaria de saber quais são os pontos que não estão esclarecidos para a sociedade civil.  
756 A Conselheira Célia Maria de Sousa Melo Lima arrazoou que está muito preocupada com essa  
757 decisão da sociedade civil e que, não está entendendo o motivo de privar os municípios brasileiros  
758 de aderir ao Programa, para que os mesmos realizem o atendimento as crianças na faixa etária de  
759 zero a seis anos. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão afirmou que a  
760 sociedade civil quer que o programa se inicie, para que possam discutir sobre uma expansão para  
761 outros municípios. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira afirmou que a SNAS está disposta a  
762 prestar informações a qualquer momento e intuiu que não podem alegar que não existem dados,  
763 uma vez que foi realizada uma apresentação do balanço de execução do programa na última reunião  
764 do CNAS. O Sr. Luiz Eduardo Zinernnan Longaray, Secretário de Assistência Social de Pelotas/RS,  
765 discorreu sobre a importância de implantação do Programa Primeira Infância no SUAS em Pelotas,  
766 sendo que existem 1.650 crianças que ficarão sem o atendimento. Compreendeu que a ampliação  
767 desse programa dará um estímulo para que sejam atingidos os índices do IDCRAS e realizou um  
768 apelo aos Conselheiros, que aprovem essa resolução. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira

769 ponderou que não podem deixar de considerar que a todo momento a gestão está orientando os  
770 Estados a ter uma relação muito próxima com os Conselhos Estaduais na implantação do programa.  
771 A Conselheira Clátia Regina Vieira questionou se o município de Pelotas estaria no grupo de  
772 municípios que não realizaram o aceite na primeira etapa e destacou que existe um orçamento  
773 aprovado, que ainda não foi totalmente distribuído pela falta do aceite de todos os municípios  
774 elegíveis. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira explicou que o município de Pelotas faz parte  
775 do universo de 80 municípios que compõe o orçamento inicial. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
776 colocou a resolução para apreciação dos Conselheiros e havendo nove votos favoráveis e oito votos  
777 contrários, a resolução foi aprovada. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de Políticas  
778 da Assistência Social, realizada no dia 16 de maio de 2017, a Conselheira Célia Maria de Sousa  
779 Melo Lima elencou os conselheiros e convidados presentes e postulou que foram debatidos os  
780 seguintes itens de pauta: I) Informes: a) Ofícios recebidos sobre a não adesão ao Programa Criança  
781 Feliz. Encaminhamento: Enviar para os integrantes da Comissão quadro com a relação dos ofícios  
782 recebidos pelo CNAS; b) Parecer Técnico da ONCB acerca de cursos de orientação e mobilidade  
783 ministrados totalmente à distância. Encaminhamentos: 01) Envio do referido parecer para o  
784 conhecimento dos Conselheiros do CNAS; 02) Envio do referido parecer para a SNAS, sugerindo  
785 que o mesmo seja veiculado nas unidades do MDSA, inclusive nos departamentos que atuam em  
786 capacitação e ensino a distância, com fins de verificação se o parecer da ONCB é uma realidade  
787 nacional, com vistas a adoção de ações corretivas; c) Demandas dos municípios sobre a elaboração  
788 do Plano Decenal da Assistência Social. Encaminhamento: Considerando que o assunto está  
789 relacionado as orientações para o processo conferencial 2017 que dialoga com o Plano Decenal da  
790 Assistência Social 2016/2016, esse ponto de pauta foi levado para a Coordenadora da Comissão  
791 para apreciação da Presidência Ampliada e constará no relato da Presidência Ampliada. II) Balanço  
792 do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal, o item foi retirado de pauta em função  
793 da agenda da SNAS e será pauta na reunião de julho de 2017; III) Definição da Pauta da Comissão  
794 – 20 de junho de 2017: a) Balanço das ações estratégicas de combate ao trabalho infantil –  
795 Debatedores Convidados: CONANDA e OIT; b) Definição da Pauta da Comissão junho de 2017;  
796 VI) Apreciação do documento “Diretrizes Políticas e Metodológicas para o Atendimento de  
797 Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no SUAS”. Encaminhamentos: 01) A Comissão  
798 sugeriu ao Pleno do CNAS a aprovação da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA que trata das  
799 Diretrizes Políticas e Metodológicas para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação

800 de Rua no SUAS, para posterior apreciação e aprovação do Pleno do CONANDA; 02) Sugeriu que  
801 o CNAS/CONANDA dê ampla divulgação do documento aos Conselhos Municipais, Estaduais e  
802 do Distrito Federal de Assistência Social e de Direito da Criança e do Adolescente, com vistas ao  
803 efetivo controle dessa política pública; 03) Que seja realizada uma compilação de todos os  
804 documentos que se referem ao atendimento de criança e adolescente em situação de rua em  
805 documento único. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris informou que após a discussão  
806 da Comissão de Políticas e as contribuições dos Conselheiros a redação da minuta de resolução, a  
807 mesma foi submetida a revisão de técnica legislativa pela Coordenação de Regulamento do SUAS.  
808 Realizada a leitura da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA que estabelece as diretrizes políticas  
809 e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da  
810 Política de Assistência Social, a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão sugeriu  
811 utilizar o termo “em contraposição” ao invés de “evitar” no item 31 da resolução. O Conselheiro  
812 Leovane Gregário propôs inserir um item indicando sobre a parceria entre a segurança pública no  
813 sentido de garantir o atendimento por parte de ambas as políticas e a Conselheira Elisa Maciel Costa  
814 explicou que a definição de protocolos com fluxos operacionais deve ser realizada localmente. A  
815 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris compreendeu que poderiam abordar nos conteúdos  
816 de educação social sobre a abordagem mais humanizada e que, outra proposta seria elaborar um  
817 caderno de orientações comentado com os documentos elaborados, detalhando as estratégias.  
818 Informou que o próximo passo é realizar o redesenho dos serviços de abordagem social. Com a  
819 seguinte redação sugerida para inclusão no item 31: “... *fomentando ações de sensibilização e*  
820 *informação.*”, e os Conselheiros aprovaram a minuta de resolução. Prosseguindo para o relato da  
821 reunião da Comissão de Ética, a Conselheira Célia Maira de Sousa Melo Lima informou que não foi  
822 possível realizar a reunião da Comissão de Ética devido as reuniões das demais comissões e que, o  
823 Conselheiro Alberto Albino solicitou que, na reunião de junho, seja estabelecido o período da tarde  
824 do dia 19 de junho de 2017, para que possam analisar os documentos e elaborar o parecer.  
825 Realizadas as alterações necessárias no calendário de reuniões do CNAS do mês de junho de 2017,  
826 o Presidente colocou o mesmo para apreciação dos Conselheiros, sendo aprovado. A Conselheira  
827 Mariana de Souza Machado Neris sugeriu enviar um representante do CNAS da sociedade civil  
828 para acompanhar a reunião do CONANDA, para analisar se as alterações sugeridas podem ser  
829 acatadas e o Presidente Fábio Moassab Bruni questionou se algum Conselheiro possui alguma  
830 objeção em relação a sugestão e não havendo, o Conselheiro Leovane Gregório se disponibilizou a

831 participar da mesma. Com relação o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
832 Conselhos da Assistência Social realizada no dia 16 de maio de 2017, a Conselheira Luziana  
833 Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os conselheiros, convidados e participantes presentes.  
834 Arrazouou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Informes. a) Consolidado mensal das  
835 demandas respondidas pela Comissão; b) Relatório dos municípios que não responderam ao Censo  
836 SUAS 2016; II) Apresentação de *folder* CNAS/SAGI para o CONGEMAS. Encaminhamentos: 01)  
837 Realização de correções necessárias na redação; 02) Construção de uma versão do *folder* para  
838 *banner*; 03) Inclusão do texto sobre o Consulta Cidadão; II) Discussão sobre o tutorial de boas  
839 vindas aos novos Conselheiros da Assistência Social. Encaminhamento: A SAGI enviará a versão  
840 preliminar das telas até o final de agosto, sendo que recebido pela Coordenação, o mesmo deverá  
841 circular entre os Conselheiros para validação; III) Avaliação da Reunião Descentralizada e  
842 Ampliada do CNAS. Encaminhamento: Incentivar a participação de usuários nas próximas reuniões  
843 ampliadas e descentralizadas do CNAS; IV) Organização da Oficina do CNAS no Encontro  
844 Nacional do CONGEMAS de 18 de junho de 2017. V) Discussão da agenda com o FONSEAS e o  
845 CONGEMAS. Encaminhamento: Convidar as representações do FONSEAS e CONGEMAS para a  
846 próxima reunião da Comissão, em junho; VI) Definição da pauta da reunião da Comissão em junho:  
847 a) Discussão da agenda com o FONSEAS e o CONGEMAS; b) Avaliação das reuniões regionais;  
848 c) Avaliação do Plano de Ação da Comissão; d) Nova apresentação dos Planos de Trabalho dos  
849 CEAS. Encaminhamento: Reiterar junto aos CEAS o encaminhamento dos Planos de Trabalhos que  
850 ainda não foram enviados. Realizadas algumas alterações na redação do relato, a Conselheira  
851 Solange Teixeira ponderou que quando os Conselheiros participam de um evento representando o  
852 CNAS, o mesmo deve realizar uma explanação institucional e a Conselheira Renata Aparecida  
853 Ferreira articulou que precisam fazer um exercício de que estão representando o Conselho e ilustrou  
854 que lhe incomodou, na apresentação da Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
855 na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, foi que o seu último *slide* não realizou a menção  
856 ao CNAS, personificando a sua representação. A Sra. Mariana de Souza Machado Neris esclareceu  
857 que estão solicitando que a representação do CNAS, em qualquer instância, seja mantida e a  
858 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão reconheceu o seu erro em colocar os seus  
859 contatos no *slide* e afirmou que a sua explanação foi contra a Reforma da Previdência. A Vice-  
860 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos compreendeu que não cabe fazer a avaliação de um  
861 Conselheiro, sendo que não está colocada em pauta e sugeriu que essa discussão fosse trazida para a

862 pauta. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu incluir o tema na pauta da reunião do CNAS de  
863 julho e não havendo mais nenhum comentário em relação ao relato da Comissão de  
864 Acompanhamento aos Conselhos, o mesmo foi aprovado. Iniciando o relato da reunião da  
865 Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 16 de maio de 2017, a Conselheira  
866 Mariana de Souza Machado Neris elencou os conselheiros, convidados e participantes presentes e  
867 relatou que foram discutidos os seguintes itens de pauta: I) Análise das implicações e impactos da  
868 Ação Direta de Inconstitucionalidade 2028 de 1999, que trata da certificação de entidades.  
869 Encaminhamentos: 01) Elaborar nota de recomendação aos Ministros dos Ministérios certificadores  
870 acerca da Ação de Inconstitucionalidade 2028 de 1999, para que busquem esclarecimentos junto ao  
871 STF acerca da modulação dos efeitos da decisão sobre a certificação e sobre a gratuidade das  
872 entidades socioassistencias. A Coordenação Geral de Regulamentação do SUAS elaborará minuta e  
873 enviará aos Conselheiros da Comissão de Normas até o dia 24 de maio, para envio de contribuições  
874 até as 12h00 do dia 26 de maio e posterior envio pela Presidência do CNAS aos destinatários. 02)  
875 Encaminhar aos Conselheiros da Comissão de Normas essa nota jurídica da CONJUR que trata  
876 sobre essas solicitações de esclarecimentos sobre a decisão do STF; 03) Elaborar consulta ao relator  
877 da PEC 287 da Reforma da Previdência, Deputado Arthur Maia, sobre o impacto da isenção na  
878 imunidade das contribuições sociais da entidades, que trata da inclusão do Parágrafo 11B no Artigo  
879 195 da Constituição Federal. II) Debate em conjunto com os representantes do MDSA, SNAS,  
880 IDGSUAS e Rede Privada sobre a inscrição de entidades que constam nas Resoluções do CNAS nº  
881 14 e 21. Encaminhamentos: 01) Solicitar a CONJUR emissão de parecer jurídico que responda a  
882 consulta a ser formulada sobre a inscrição e fiscalização de entidades, tendo por base a Resolução  
883 CNAS nº 14 e 21 e o Decreto 6.308; 02) Necessidade de elaboração conjunta da Resolução CNAS  
884 nº 21 comentada, com a participação de representantes da SNAS, CONJUR e Comissão de Normas;  
885 III) Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do I Relatório  
886 Trimestral com as informações sobre o processo de certificação de entidades conforme disposto no  
887 Artigo 1º do Regimento do CNAS. Encaminhamentos: 01) Encaminhar aos Conselheiros do CNAS  
888 o I Relatório Trimestral com as informações sobre o processo de certificação de entidades  
889 beneficentes de Assistência Social no âmbito do MDSA apresentado pelo Departamento da Rede  
890 Socioassistencial Privada do SUAS; IV) Definição de pauta para reunião de junho de 2017: a)  
891 Continuidade das discussões sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2028 de 1999, com a  
892 finalização da nota de esclarecimento; b) Elaborar nota de esclarecimento aos Ministros do

893 Desenvolvimento Social e Agrário, da Saúde, da Educação e da Secretaria Geral de Contencioso da  
894 GU, acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2028 de 1999, para que busquem  
895 esclarecimentos junto ao STF acerca da modulação dos efeitos da decisão sobre a certificação e a  
896 gratuidade das entidades socioassistenciais; c) Convidar o Departamento da Rede Socioassistencial  
897 Privada do SUAS para apresentar o relatório de visita do projeto de supervisão das entidades, bem  
898 como a análise do Censo SUAS 2016 sobre a Rede Sociassistencial Privada; d) Propor pauta  
899 conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e convidar a CONJUR para  
900 esclarecer sobre o andamento do Decreto 5.003 de 2014, que normatiza a representação da  
901 sociedade civil no CNAS; e) Solicitar a Presidência Ampliada convite a Sra. Luciana Jaccoud do  
902 IPEA, para apresentação sobre os estudos sobre a PEC 287 da Previdência na Plenária do CNAS de  
903 maio, ponto já atendido. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou que a nota jurídica da  
904 CONJUR fosse encaminhada a todos os Conselheiros do CNAS e agradeceu pelo relato. Seguindo  
905 para a monção sobre o substitutivo da PEC 287 em defesa ao BPC e as seguridades sociais ao  
906 Congresso Nacional, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins realizou a sua leitura já com  
907 alterações sugeridas pela Conselheira Solange Teixeira. Realizadas as alterações necessárias, os  
908 Conselheiros aprovaram a monção sobre o substitutivo da PEC 287 em defesa ao BPC e seguridade  
909 social ao Congresso Nacional. A Vice-Presidente Rosângela Maira Soares dos Santos informou que  
910 o Presidente do CNAS, Conselheiro Fábio Moassab Bruni, estará representando o CNAS na  
911 Conferência Municipal de Belém/PA e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
912 na Conferência Municipal de Roraima/RO. **ENCERRAMENTO 18/05/2017:** O Presidente Fábio  
913 Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou a 254ª Reunião Ordinária do CNAS.  
914